



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

COMISSÃO MISTA PERMANENTE

Ata da Reunião Ordinária da Comissão Mista Permanente, realizada no dia 28 de maio de 2015 (aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze), no Plenário “Bohemundo Alvares Affonso” da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Belém, n.º 139, bairro Embratel, nesta cidade, capital do Estado de Rondônia, para “Demonstração e Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2015 da Prefeitura do Município de Porto Velho com base nas disposições do art. 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101/2000 c/c a Lei nº 1.626 de 27 de outubro de 2005”, conforme ofício nº 399/ASTEC/GAB/SEMPA e Edital de Convocação do Presidente desta casa Legislativa. Sob a presidência do Excelentíssimo Vereador Marcelo Reis – Presidente da Comissão Mista Permanente (Ato da Mesa nº 002/CMPV-2015), ao qual também fazem parte os Senhores Vereadores e estiveram presentes em sessão: Ver. Eduardo Rodrigues, Ver. Ellis Regina, Ver. Márcio do SITETUPERON. Fica registrada a presença do Sr. Francisco das Chagas – SEMPLA, Sra. Rita Ferreira Lima – SEMFAZ, Sra. Zaine Francisco da Silva Figueiredo – Junta Comercial do Estado de Rondônia, Sra. Rosane da Silva Cruz – SEMPLA, Sr. Marcelo Hagge Siqueira – SEMFAZ, Sr. Augusto Cesar Nascimento Pereira – SEMA, Sr. Mário Jorge de Medeiros – SEMAD. Havendo quórum legal, o Vereador Presidente, deu início a Audiência Pública, passando a palavra ao Secretário Municipal da SEMPLA que deu início aos trabalhos saudando os presentes e salientando que todos os dados são originários do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecidos pela LRF e dos balancetes da Receita e Despesa do sistema contábil da Prefeitura de Porto Velho, apontou ainda que as receitas arrecadadas até abril de 2015, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 377,18 milhões. Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de 29,49% da previsão inicial. Entre as receitas Correntes, destacam-se as Tributárias, que apresentaram realização de 31,26%. O Secretário demonstrou segundo consta em relatório, que as Receitas de Contribuições estão prevista no Valor de R\$ 87.780.220,00, com realização de R\$ 24.980.500,55. Sobre as Transferências Correntes, estas apresentaram realização de 31,59%, totalizando o montante de R\$ 201.969.607,99; quanto a Receita Corrente Líquida registrada nos últimos 12 meses, que serve de base para o cálculo de limites de despesas previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu a cifra de R\$ 961.052.928,86. As Receitas de Capital somaram no período R\$ 2.585.200,74, contra uma previsão anual de R\$ 95.415.549,81, correspondendo a 2,71% de realização, sendo que estas receitas não dependem da ação Fiscal do Município. O valor realizado no período refere-se às Transferências de Convênio. Quanto as despesas, o Senhor Secretário da SEMPLA vide Relatório, informou que a despesa liquidada até o 1º Quadrimestre de 2015 totalizou R\$313.340.974,73 correspondente a 23,30%; as Despesas Correntes somaram R\$280.883.125,90 representando uma realização de 25,67% do valor fixado para o exercício; Quanto as despesas com Pessoal e Encargos Sociais o Senhor Secretário



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

informou que o total foi de R\$ 177.282.583,48 correspondendo a 30,88¢ da dotação atualizada para o exercício; As Despesas de Capital atingiram o montante de R\$ 12.500.223,38, correspondente a 7,23% do previsto no ano. Quanto as Despesas por Fonte de Recurso ficou demonstrado pelo Senhor Secretário, que 63,34% foram custeadas por recursos próprios, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Município. As Despesas financiadas com recursos provenientes do FUNDEB representam, na execução orçamentária, 14,23%, aquelas financiadas por Recursos de Outras Fontes – Transferências de Convênios participam com 0,98%, da despesa líquida no período. Quanto ao Resultado Orçamentário segundo o Senhor Secretário, observou-se que as despesas foram realizadas num percentual de 23,30% ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 28,04% do total previsto para o ano de 2015, resultando em um superávit corrente de R\$ 75.841.195,24 e resultado orçamentário de R\$ 63.838.495,55; foram também demonstradas as Despesas Total com Pessoal que resultaram numa aplicação de 51,09% ficando acima do limite prudencial, porém abaixo do limite legal de 54,00% o que explicou o Senhor Secretário que ensejará em medidas de contenção e redução das despesas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal; nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Legislativo o percentual foi de 2,55%, sendo obedecidos os limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; foram demonstradas as Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, correspondendo a 23,42% da Receita de Impostos, os dados apurados demonstram a aplicação mínima de 25% estabelecida no artigo 212 da Constituição Federal, explicou o Senhor Secretário; quanto as Despesas com Ações e Serviços de Saúde, foram aplicados 22,80% das receitas de impostos, acima do mínimo constitucional de 15%. Ficou demonstrado o resultado primário realizado até o quadrimestre o montante de R\$ 61.228.254,44 superando a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício; a dívida consolidada líquida resultou em R\$ -3.593.080,63 ao final do 1º quadrimestre de 2015 apresentando uma variação de -124,2% em relação ao saldo em 31/12/2014; a Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida não deve ultrapassar o limite de 120,00%; Continuo o Senhor Secretário afirmando que o Município está cumprindo plenamente as exigências legais. O Resultado Nominal comparado o saldo do 1º quadrimestre de 2015 com o saldo de 31/12/2014 demonstra uma variação da Dívida Fiscal Líquida no importe de R\$ -18.427.624,98 negativos, afirmando o Senhor Secretário que este resultado decorre do aumento das disponibilidades de caixa bruto, e da diminuição da dívida consolidada quando comparado ao saldo de 31/12/2014. Concluindo, asseverou o Senhor Secretário que restou demonstrada a solida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho até 2º Quadrimestre de 2014. O Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Marcelo Reis tomou a palavra e questionou o valor de gasto com Pessoal, se há projeção dentro do limite prudencial de aumento ou corte, o que fora explicado pelo Sr. Secretário José Rocha que tudo esta dentro da previsão, até mesmo os ajustes que serão implantados para adequação do limite à LRF. A Vereadora Ellis Regina por sua vez, questionou quais



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

providências o município vai tomar para chegar ao percentual do limite prudencial e ainda, quanto ao parecer da SEMPLA no Projeto da PPP (Parceria Público Privado) que cria cargos em comissão o que por óbvio terá um impacto objetivo no gasto com o pessoal e no limite de adequação. O Secretário Rocha afirmou que os pareceres elaborados pela Secretaria SEMPLA são feitos sempre pela cautela e prudência e há época da inicial tramitação do aludido projeto da PPP (Parceria Público Privado) se trabalhava com outra margem de cálculo do limite ora apresentado. Com a palavra, a Vereadora Ellis Regina solicitou que o projeto em questão tivesse o encaminhamento pela interrupção de sua tramitação nesta Casa de Leis e fosse devolvido para a Prefeitura para que se providenciasse uma reanálise na Secretaria SEMPLA tendo em vista o limite prudencial de gastos com pessoal apresentado nesta reunião. O Presidente Vereador Marcelo Reis afirmou que a Casa tomará as devidas providências. O Secretário Rocha afirma que o Executivo tem perspectivas e projeções que o percentual retorne ao limite prudencial já ao findo do mês de maio, e não descarta conter algumas despesas extraordinárias fazendo constar a situação das horas extras dos servidores. Salientou a expectativa da transposição dos servidores para o quadro federal. Pelo lado da receita e despesa tem como diminuir o limite prudencial de gastos com pessoal. As receitas de compensações hídricas tende a aumentar e tudo isso está projetado. O quadro apresentado está sendo espelhado agora no final do mês de maio. A coisa não está tão ruim assim, afirmou o Senhor Secretário Rocha. A Vereadora Ellis Regina no uso da palavra quer reforçar que o projeto da PPP seja reencaminhado ao Executivo e aguarda as projeções que serão feitas pela SEMPLA, abaixo do limite prudencial já salientado. O Presidente Vereador Marcelo Reis afirmou que encaminhará as solicitações da Vereadora Ellis Regina momento em que passou a palavra para o Senhor Secretário Rocha que encerrou sua apresentação/demonstração. O Presidente Vereador Marcelo Reis salientou a receita do IPTU para que o Executivo tente impulsionar esta receita. Passada a palavra para o Secretário Mário Medeiros da SEMAD, este afirmou que estão acompanhando o passo a passo da situação orçamentária e financeira da prefeitura. Que de fato foram surpreendidos quanto aos patamares que a receita corrente líquida chegou. Que trabalharam com muita prudência quanto aos reajustes salariais. Que não houve despesa nova que elevasse o patamar. Que diariamente busca desonerar a folha sem tirar os direitos dos trabalhadores e que a Prefeitura já está evoluindo e dentro desses três meses o limite já vai ser reduzido. Salientou que em meio a uma situação geral nacional a crise econômica no país atinge o limite e o município não está imune a isso e precisa discutir o reflexo da crise nos municípios. Quanto às horas extras afirmou que serão observadas as de reais necessidades como é o caso da educação, mas deixou certo que o controle vai ser muito mais rígido no pagamento de tais horas extras. O Presidente Vereador Marcelo Reis tomou a palavra e diz que a Câmara Municipal e a Prefeitura não estão na mesma linha de pensamento quanto a questão de controle de gastos com salientando a reivindicação salarial dos servidores da Câmara Municipal. Citou a progressão e produtividade que vão ser acertadas no mês de junho o que julga preocupante. Fez constar que o que ficou entendido é que o Executivo não tem



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

condições de ajustes tal como o pagamento da data base dos servidores mas autoriza ao mesmo tempo a criação de mais cargos comissionados como é no caso do projeto PPP (Parceria Público Privado). A Vereadora Ellis Regina no uso da palavra informou ainda, que os Sindicatos e as Secretarias sabem onde estão os 'gargalos' das horas extras e que deve haver um estudo mais apurado quanto aos cargos comissionados sem vínculo visando a exoneração daqueles sem real necessidade. O Presidente Vereador Marcelo Reis informou que a Câmara Municipal cortará em todos os Gabinetes cargos comissionados em decorrência da crise. Pelo encerramento o Senhor Secretário Adjunto da SEMPLA deixou disponível cópia do relatório de metas fiscais, apresentado nesta Audiência Pública e informou que o mesmo está disponível no site da Prefeitura Municipal. Após as devidas considerações finais, o Presidente Vereador Marcelo Reis invocando a proteção de Deus declarou encerrada a Audiência Pública.

Plenário da Câmara Municipal, 28 de maio de 2015.


Vereador Marcelo Reis
Presidente da CMP/2015


Jurandir Rodrigues de Oliveira
Presidente /CMPV